

Relatório Plano de Logística Sustentável

Ano Base 2021



Tribunal Regional Eleitoral
de Goiás

Descrição da Capa

Texto

Na parte superior da capa, encontra-se o título “Relatório Plano de Logística Sustentável Ano Base 2021”. Na parte inferior do relatório, o texto “Tribunal Regional Eleitoral de Goiás” faz parte da logo.

Figuras

A capa está dividida em três partes. A parte superior tem a cor verde escuro e a escrita em branco.

Na meio da capa, encontra-se uma figura com duas mãos juntas viradas para cima, segurando um globo com cobertura verde. Os países estão em verde claro e os oceanos em verde escuro

A parte inferior da capa tem a cor branca e consta a logomarca com a escrita Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. A logo tem a escrita do lado direito e uma figura do lado esquerdo.

A figura é constituída por uma grande esfera azul escuro dentro de um retângulo que está em pé, tendo as cores cinza e amarelo.

Composição do Tribunal Pleno

Presidente Des. Leandro Crispim

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral Des. Luiz Eduardo de Sousa

Juiz Federal Juliano Taveira Bernardes
Mark Yshida Brandão – Substituto

Juízes de Direito Jeronymo Pedro Villas Boas
Ana Cláudia Veloso Magalhães – Substituta
José Proto de Oliveira
Mônica Cezar Moreno Senhorelo – Substituta

Juristas Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior
Laudo Natel Mateus – Substituto
Vicente Lopes da Rocha Júnior
Adenir Teixeira Peres Júnior – Substituto

Procurador Regional Eleitoral Célio Vieira da Silva
Daniel Cesar Azeredo Avelino – Substituto

Ouvidor Regional Eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior

Composição da Comissão Gestora

Presidente Wilson Gamboge Júnior

**Coordenadoria de Planejamento Estratégico,
Governança e Gestão** José Carlos da Silva

Coordenadoria de Bens e Aquisições Leonardo Alex de Siqueira

Coordenadoria de Engenharia e Infraestrutura Flávio Queiroz de Alcântara

Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento Ilana Murici Ayres

Coordenadoria de Sistemas Eleitorais Dory Gonzaga Rodrigues

Coordenadoria de Gestão da Informação Flávia de Castro Dayrell

**Assistência de Atendimento ao Eleitor,
Acessibilidade e Socioambiental** Wesley Francisco Machado de Napoli

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão Bianca Thaís de Souza Crocamo

Sumário

Apresentação	5
Objetivos/Indicadores/Planos de Ação	7
Contratações Sustentáveis	37
Desafios e principais ações	39

Apresentação

O desenvolvimento sustentável é princípio para a Administração Pública, especialmente diante deste cenário atual de escassez de recursos naturais e acentuada desigualdade econômica, agravada pela crise econômica e limitação orçamentária. A sustentabilidade pode ser entendida como o uso responsável dos recursos naturais, suprimindo as necessidades presentes, sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras.

Ao longo do tempo, alguns segmentos da sociedade e os governos vem tentando reduzir os impactos negativos de questões como: degradação do meio ambiente, desigualdade social, crises econômicas, pobreza, dentre outros. Vários projetos foram concebidos e executados, mas, não tiveram tanto alcance em seus resultados.

Reunidos em Nova York, representantes dos 193 Estados-membros da ONU reconheceram em setembro de 2015 que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Os países comprometeram-se a tomar medidas transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos sem deixar ninguém para trás.

Nesse contexto, a Agenda 2030 é uma declaração de intenções, materializada em um plano de ação que busca fortalecer a paz e a prosperidade das pessoas. Nas perspectivas meio ambiente, econômica e social, o plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global.

Neste sentido, o Programa Socioambiental do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás foi executado em 2021, tendo como base a Agenda 2030 e a Resolução nº 201, de 3 de março de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, que nasceu com o papel de estimular o posicionamento estratégico dos Órgãos do Poder Judiciário, em relação à adoção de práticas de sustentabilidade para mitigação do impacto do seu negócio no meio ambiente.

O Plano de Logística Sustentável 2021-2026 foi elaborado com uma visão um pouco mais aprofundada do que previa a

Resolução CNJ nº 201/2015. A partir da Resolução CNJ nº 400/2021, que aprimorou as estratégias de sustentabilidade do Poder Judiciário, iniciou-se a transição do PLS para os novos requisitos propostos.

É notório que a sustentabilidade foi incorporada aos regulamentos das Organizações Públicas no Brasil, especificamente aqui no Poder Judiciário. Entretanto, as mudanças dependem das pessoas, de uma ressignificação dos hábitos cotidianos, o que impactará substancialmente na cultura das organizações. Portanto, entendeu-se que a conscientização das pessoas e, conseqüentemente, a mudança cultural deveria ser foco das ações em 2021, construindo uma base para a implementação de programas mais avançados de sustentabilidade.

As contratações sustentáveis foram impulsionadas a partir do Selo Verde, com a disponibilização de cursos e palestras sobre o tema.

A sustentabilidade dentro do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás é guiada por Política e Visão a longo prazo, senão vejamos:

Política

“A Justiça Eleitoral em Goiás está comprometida com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, os requisitos legais aplicáveis, a inovação e a melhoria contínua dos processos com sustentabilidade.”

Visão

“O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás almeja ter os critérios de sustentabilidade instituídos em seus processos de contratação e fiscalização de contratos ao final deste ciclo de PLS.”

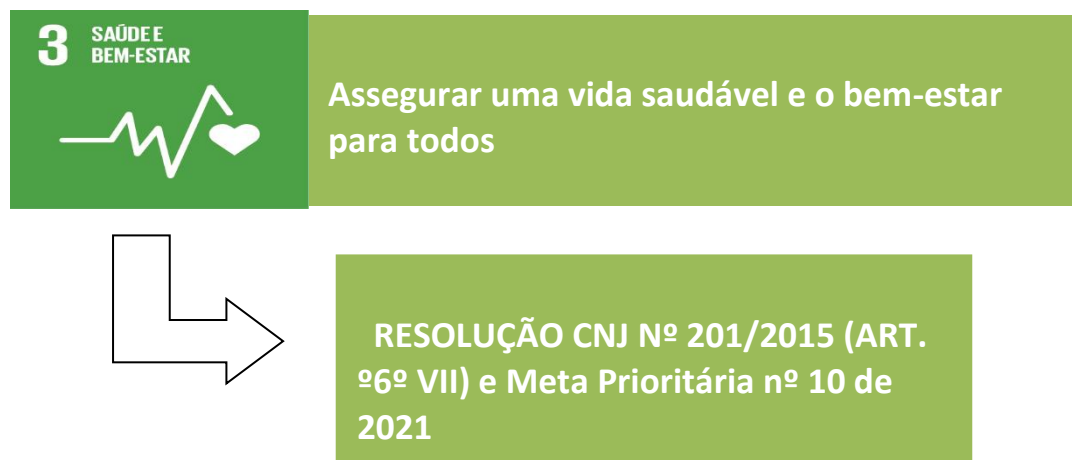
A Governança Socioambiental da instituição prevê análises críticas dos objetivos, indicadores e ações do Plano de Logística Sustentável.

Neste documento, faremos uma leitura dos indicadores do PLS com base na Resolução CNJ nº 201/2015.

Objetivos, Indicadores e Plano de Ação

As necessidades de partes interessadas foram materializadas em objetivos de desenvolvimento sustentável que estão consolidados em acordos internacionais e em regulamentos para o Poder Judiciário.

A Meta Prioritária nº 9 de 2020 determina a integração da Agenda 2030 nos órgãos do Poder Judiciário



I – QUALIDADE DE VIDA

Objetivo: Monitorar a participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias e da quantidade de ações de inclusão de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional.

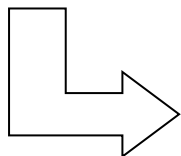
Meta: 3 ações anuais para melhorar a qualidade de vida dos colaboradores

Indicadores			
Nome do indicador	Descrição	Meta	Medição
Participações em ações de qualidade de vida	Total de participações do corpo funcional em eventos de ações de qualidade de vida no trabalho.	-----	762
Quantidade de ações de qualidade de vida	Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	3	25
Participação relativa em ações de qualidade de vida	Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho.	-----	71,95%
Participações em ações solidárias	Total de participações do corpo funcional em ações solidárias.	-----	428
Quantidade de ações solidárias	Quantidade de ações solidárias que foram organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	-----	11
Participação relativa em ações solidárias	Percentual da força de trabalho total que participa como voluntária nas ações solidárias em relação ao total do corpo funcional do órgão.	-----	40,41%

Análise: Utilizou-se como força de trabalho total o valor de 1059 colaboradores, dentre servidores efetivos, requisitados, estagiários e terceirizados. Os indicadores de qualidade de vida tiveram um desempenho excelente, com ampla participação dos servidores nas ações solidárias e de qualidade de vida. As ações de qualidade de vida foram impulsionadas pelas transmissões via redes sociais (WhatsApp, Instagram e Youtube). Na próxima revisão do PLS, é importante replanejar as ações de qualidade de vida e institucionalizar as ações solidárias.



5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.



META ESPECÍFICA CNJ 2020

II – IGUALDADE DE GÊNERO

Objetivo: Promover a conscientização da sociedade e dos colaboradores da Justiça Eleitoral sobre a importância da igualdade de oportunidades para a participação das mulheres como liderança em todos os níveis de tomada de decisão.

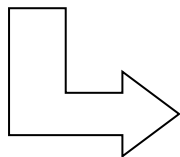
Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Meta (Anual)	Medição
Participação em ações de sensibilização e capacitação	Total de participações de servidores em ações de sensibilização durante o período-base.	20	340
Alcance de eventos online	Quantidade visualizações em vídeos sobre o tema postados nas Redes Sociais do TRE-GO.	400	1819

Análise: A igualdade de gênero foi uma bandeira da instituição, com o lançamento da Ouvidoria da Mulher e quase 20 ações de sensibilização ao tema.



6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.



RESOLUÇÃO N. 201/2015 CNJ (ART. 16 III)

III – ÁGUA E ESGOTO

Objetivo: Monitorar o consumo e gastos com água para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes e efetividade de ações de sustentabilidade.

Meta: Reduzir em 2% o consumo absoluto de água em relação ao de referência.

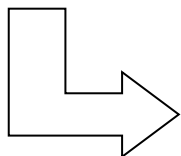
Indicadores			
Nome do indicador	Descrição	Período Referência	Medição
Consumo absoluto de água	Consumo total de água fornecida pela concessionária.	15545	20409
Consumo relativo de água	Consumo total de água fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.	0,18	0,1575

Gasto com água	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos.	R\$ 156.765,15	R\$ 134.037,63
Gasto relativo com água	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos, em relação à área total do órgão.	R\$ 1,79	R\$ 1,03

Análise: A área utilizada foi de 129.512,51 metros quadrados. Em relação ao consumo absoluto, houve um aumento de 30% no consumo de água. Entretanto, para os consumos relativos, a meta foi alcançada. Neste contexto, observa-se que houve uma maior quantidade de pessoas em trabalho presencial do que no ano anterior, o que pode justificar o aumento. O consumo de 2021 foi próximo do consumo de 2019. Mas, de toda forma, empreenderemos esforços para reduzir esse consumo em 2022.



7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética



RESOLUÇÃO N. 201/2015 CNJ (ART. 16 III)

IV – ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo: Melhorar a eficiência energética da instituição.

Meta: Reduzir em 5% o consumo relativo de energia elétrica referente ao ano de referência.

Indicadores

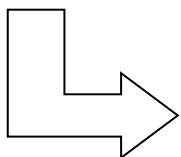
Nome do indicador	Descrição	Período Referência	Medição
Consumo de energia elétrica	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária.	1.503.516	1.379.621
Consumo relativo de energia elétrica	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.	17,41	7,72
Gasto com energia elétrica	Valor da fatura de energia elétrica, em valores brutos.	1.198.622,96	1.202.600,55

Gasto relativo com energia elétrica	Valor total das faturas de energia elétrica, em valores brutos, em relação à área total do órgão.	13,88	9,28
-------------------------------------	---	-------	------

Análise: O desempenho dos indicadores de energia elétrica foi excelente, com redução em quase 9% no consumo. Dentre os fatores que fundamentam a economia podemos citar: instalação de usinas fotovoltaicas, campanhas de conscientização, instalação de lâmpadas econômicas e sensores de presença.



11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.



RESOLUÇÃO N. 230/2016 CNJ

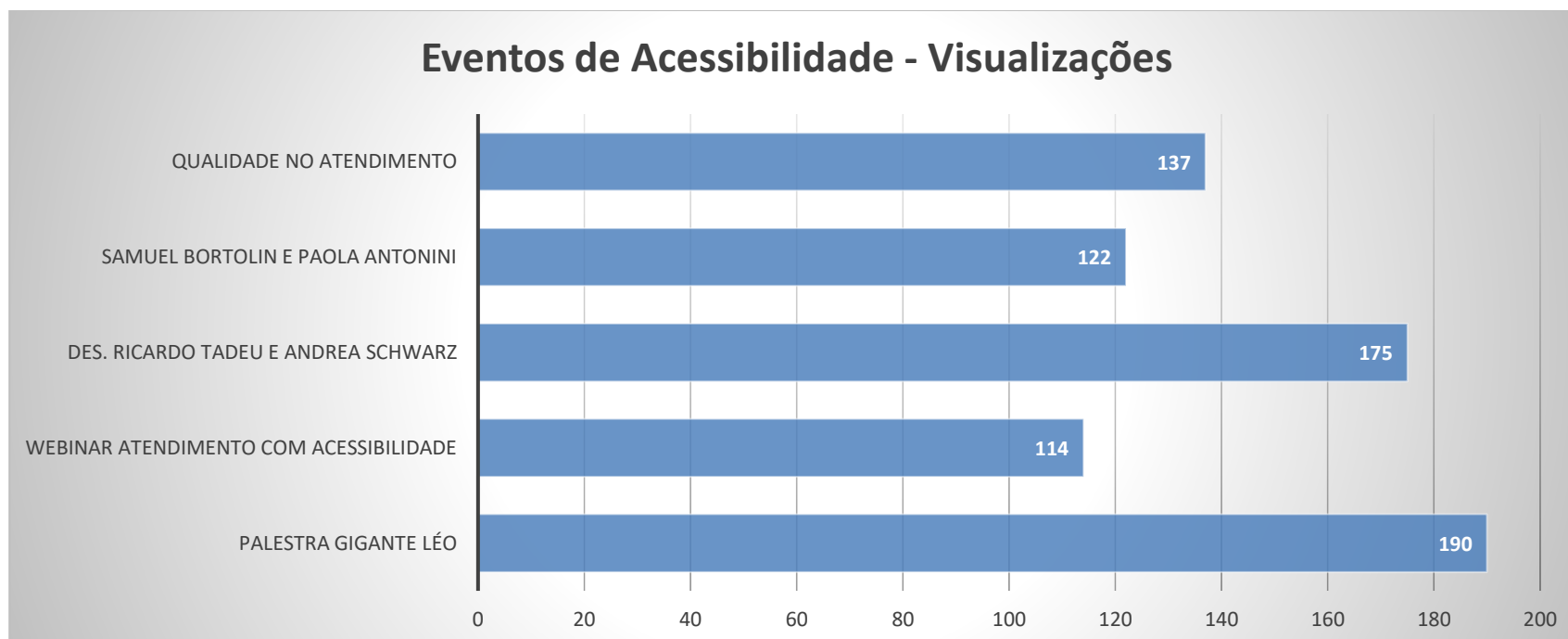
V – ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Objetivo: Garantir a acessibilidade e promover a conscientização dos servidores sobre a importância da inclusão no dia a dia.

Indicadores

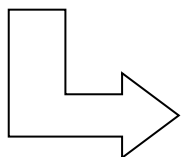
Nome do indicador	Descrição	Meta (Anual)	Apuração
Ações de acessibilidade e inclusão	Ações que visem promover acessibilidade para os servidores e público externo	1	12
Participação em ações	Total de participações de servidores em ações de sensibilização e inclusão durante o período-base.	20	91
Alcance de eventos online	Quantidade visualizações em vídeos sobre o tema postados nas Redes Sociais do TRE-GO.	200	738

Análise: Houve uma ampla campanha de conscientização por meio de eventos online nos termos do infográfico abaixo. Foram abordados desde temas de sensibilização quanto palestras de atendimento inclusivo, além de inúmeras postagens em redes sociais como Instagram e WhatsApp.





12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.



RESOLUÇÃO N. 201/2015 CNJ (ART. 6º III)

VI - CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Objetivo: Promover a conscientização dos servidores quanto ao tema sustentabilidade de forma a incorporar tais práticas na cultura organizacional.

Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Meta (Anual)	Medição
Ações de capacitação e sensibilização	Quantidade de ações de capacitação e sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	4	9
Participação em ações de sensibilização e capacitação	Total de participações em ações de sensibilização e capacitação durante o período-base.	40	651

Participação relativa em capacitação e sensibilização socioambiental	Percentual de participantes de ações de sensibilização e capacitação relacionadas à temática socioambiental em relação à força de trabalho total do órgão.	10	61,4%
--	--	----	-------

Análise: A conscientização das pessoas foi a prioridade no ano de 2021, com as realizações abaixo. Para 2022, os trabalhos de mudança de hábitos deverão ser contínuos, englobando inclusive as Eleições 2022.



As capacitações tiveram os seguintes formatos:

Pílulas de Sustentabilidade

- Formato: Infográfico
- Divulgação: Email e Grupos de WhatsApp
- Alcance: todo o corpo funcional.

Semana de Conscientização Ambiental

- Formato: texto e vídeo
- Divulgação: Email e Grupos de WhatsApp
- Alcance: todo o corpo funcional

Curso Implementação da Resolução 347

- Conteúdo voltado para contratações sustentáveis
- Ao vivo via zoom
- 20 participantes

Comemoração Dia da Árvore

- Formato: matéria na intranet e postagens
- Divulgação: Instagram, Grupos do WhatsApp e Intranet
- Alcance: todo o corpo funcional e público externo.

Seminário de Sustentabilidade e Inclusão

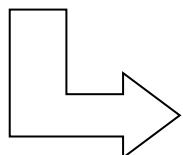
- Formato: webinar no Youtube
- Divulgação: Email e Grupos no WhatsApp
- Alcance: todo o corpo funcional e público externo

Palestra Felicidade Sustentável

- Formato: webinar no Youtube
- Divulgação: Email e Grupos no WhatsApp
- Alcance: todo o corpo funcional e público externo



12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.



RESOLUÇÃO N. 347/2020 CNJ (ART. 3º V e IX)

VII – COMPRAS SUSTENTÁVEIS E COMPARTILHADAS

Objetivo: Realizar 100% das contratações da organização com Estudos Técnicos Preliminares e critérios de sustentabilidade considerando o grau de maturidade 2 no Selo Verde. A meta será incrementada de forma acumulada em 20% ano, chegando em 2026 com 100%.

Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Meta (Anual)	Medição
Compras Sustentáveis	Porcentagem de contratações realizadas com critérios de sustentabilidade atendendo ao grau 2 de maturidade do Selo Verde.	20%	46%
Compras Compartilhadas	Quantidade de compras compartilhadas realizadas com outros entes públicos.	1	0

Contratações realizadas com Estudos Técnicos Preliminares	Porcentagem de contratações realizadas com Estudos Técnicos Preliminares.	20%	12%
---	---	-----	-----

Análise: Houve uma baixa adesão em relação ao formulário do Selo Verde. Entretanto, observou-se critérios de sustentabilidade nos Termos de Referência e Editais de licitação. Tivemos 46% de contratações com sustentabilidade. Para uma primeira medição, considera-se o resultado aceitável. Entretanto, medidas de divulgação do Selo Verde e capacitação de como utilizar os formulários deverão ser impulsionadas em 2022.



VIII – PAPEL

Objetivo: Otimizar o processo de aquisição e uso de papel, incluindo critérios de sustentabilidade.

Meta: Reduzir em 5% o consumo relativo de papel em relação ao ano de referência.

Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Ano de Referência	Medição
Consumo de papel não-reciclado próprio	Quantidade consumida de resmas de papel não-reciclado, tamanho A4 e Ofício, adquiridas pelo órgão.	4883	1383
Consumo de papel reciclado próprio	Quantidade consumida de resmas de papel reciclado, tamanho A4 e Ofício, adquiridas pelo órgão.	0	0
Consumo de papel próprio	Quantidade total consumida de resmas de papel não-reciclado e reciclado, tamanho A4 e Ofício, adquiridas pelo órgão.	4883	1383
Consumo de papel não-reciclado contratado	Quantidade consumida de resmas de papel não-reciclado, tamanho A4 e Ofício, fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.	0	0
Consumo de papel reciclado contratado	Quantidade consumida de resmas de papel reciclado, tamanho A4 e Ofício, fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.	0	0
Consumo de papel contratado	Quantidade total consumida de resmas de papel não-reciclado e reciclado, tamanho A4 e Ofício, fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.	0	0
Consumo de papel total	Quantidade total consumida de resmas de papel, incluindo papel próprio e contratado, reciclado e não-reciclado.	4883	1383

Gasto com papel não-reciclado próprio	Despesa realizada com a aquisição pelo órgão de resmas de papel não-reciclado, tamanho A4 e Ofício.	R\$ 66.219,89	R\$ 18.831,00
Gasto com papel reciclado próprio	Despesa realizada com a aquisição pelo órgão de resmas de papel reciclado, tamanho A4 e Ofício.	0	0
Gasto com papel próprio	Despesa total realizada pelo órgão com a aquisição de resmas de papel.	R\$ 66.219,89	R\$ 18.831,00

Análise: O consumo de papel foi reduzido em mais de 60%, podendo ser reflexo do teletrabalho e da digitalização dos serviços do governo. O desempenho foi excelente.

I X– COPOS DESCARTÁVEIS

Objetivo: Reduzir a utilização de copos descartáveis.

Meta: Reduzir em 10% ao ano o consumo relativo de copos descartáveis em relação ao ano de referência.

Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Ano de Referência	Medição
Consumo de copos descartáveis para água	Quantidade consumida de copos descartáveis usualmente utilizados para consumo de água, incluindo aqueles com capacidade distinta de 200ml.	3785	2996
Consumo de copos descartáveis para café	Quantidade consumida de copos descartáveis usualmente destinados para consumo de café, incluindo aqueles com capacidade distinta de 50ml.	423	332
Consumo de copos descartáveis total	Quantidade total consumida de copos descartáveis	4208	3328

	usualmente utilizados para consumo de água e café.		
Gasto com copos descartáveis para água	Despesa realizada com a aquisição de copos descartáveis usualmente destinados para consumo de água, incluindo aqueles com capacidade distinta de 200 ml.	R\$ 8.361,14	R\$ 6.651,12
Gasto com copos descartáveis para café	Despesa realizada com a aquisição de copos descartáveis usualmente destinados para consumo de café, incluindo aqueles com capacidade distinta de 50 ml.	R\$ 465,30	R\$ 372,74
Gasto com copos descartáveis total	Despesa total realizada com a aquisição de copos descartáveis para água e para café, incluindo aqueles com capacidade distinta de 50 e 200 ml.	R\$ 8.826,44	R\$ 7023,86

Análise: O consumo de copos descartáveis foi reduzido em mais de 20%, podendo ser reflexo direto do teletrabalho e das campanhas de conscientização. O desempenho foi bom. Entretanto, devido à nocividade do material ao meio ambiente, deveremos quase zerar esse consumo.

X – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

Objetivo: Monitorar o consumo de água mineral envasada em embalagens plásticas retornáveis.

Meta: Promover estudos no sentido de substituir os bebedouros do tipo garrafão por purificadores de água visando a redução do consumo.

Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Ano de Referência	Medição
Consumo de embalagens descartáveis	Quantidade consumida de embalagens plásticas descartáveis	0	0

para água mineral	para água mineral envasada, com ou sem gás, em unidades.		
Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	Quantidade consumida de embalagens plásticas retornáveis para água mineral envasada (galões ou garrações retornáveis).	3792	3097
Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	Despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis.	0	0
Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	Despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas retornáveis (galões ou garrações retornáveis).	R\$ 22.442,82	R\$ 20.903,52

Análise: O consumo de água envasada foi reduzido em quase 20%, podendo ser reflexo direto do teletrabalho e das campanhas de conscientização. O desempenho foi bom, com destaque para a não utilização de embalagens descartáveis.

XI – IMPRESSÃO

Objetivo: Promover e difundir práticas de ecoeficiência dos materiais relacionados à impressão.

Meta: Reduzir em 10% o gasto relativo com aquisição de suprimentos em relação ao ano de referência.

Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Ano de Referência	Medição
Quantidade de impressões	Quantidade total de impressões realizadas nos equipamentos do órgão, sejam próprios ou locados.	2.441.500	691500
Quantidade de equipamentos de impressão	Quantidade de equipamentos de impressão, próprios ou locados, instalados ao final do ano.	430	394
Performance dos equipamentos instalados	Quantidade de impressões em relação ao total de equipamentos instalados.	5677	1755

Gasto com aquisições de suprimentos	Despesa realizada com aquisição de suprimentos de impressão como cartuchos de tinta, <i>tonners</i> , fitas de impressão, entre outros.	R\$ 84.854,02	R\$ 38.937,38
Gasto com aquisição de impressoras	Despesa realizada com aquisição de equipamentos de impressão.	R\$ 265.316,50	0

Análise: Reduziu-se em quase 75% a quantidade de impressões, podendo ser reflexo direto do teletrabalho, das campanhas de conscientização e da digitalização dos serviços do governo. O desempenho foi excelente.

XII – TELEFONIA

Objetivo: Monitorar os consumos e gastos com serviços de telefonia tendo em vista outros mecanismos de comunicação com as mesmas funcionalidades e menores custos (VoIP, e-mails, aplicativos gratuitos de comunicação).

Meta: Reduzir o gasto relativo com o uso de telefonia no âmbito do TRE-GO em 5% em relação ao ano referência.

Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Ano de Referência	Medição
Gasto com telefonia fixa	Despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP.	R\$ 329.716,69	R\$ 273.158,40
Linhas telefônicas fixas	Quantidade total de linhas telefônicas fixas, incluindo linhas fixas, ramais e terminais VoIP.	681	597
Gasto relativo com telefonia fixa	Despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP, em relação ao total de linhas.	R\$ 484,17	R\$ 457,55

Análise: Reduziu-se em quase 20% os gastos com telefonia fixa, podendo ser reflexo direto do teletrabalho e da utilização de outros

serviços (WhatsApp e softwares/aplicativos) em detrimento dos telefones fixos. O desempenho foi excelente.

XIII – REFORMAS

Objetivo: Monitorar os gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade.

Meta: Executar 100% do orçamento de obras a cada ano.

Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Medição
Gasto com reformas no período-base	Corresponde à despesa realizada com reformas e mudança de leiaute durante o período-base.	R\$ 700.767,34
Gastos com reformas no período de referência	Corresponde à despesa realizada com obras, reformas e mudança de leiaute, durante o período de referência.	R\$ 811.113,61
Variação dos gastos com reformas	Percentual da variação dos gastos com reformas e mudanças de leiaute nas unidades no período-base em relação a esses gastos no período de referência.	- 13,60%

Análise: Reduziu-se em quase 14% os gastos com reforma, demonstrando um maior planejamento das ações. O desempenho foi excelente.

XIV – LIMPEZA

Objetivo: Otimizar os gastos relacionados a limpeza para que seja verificada a sua real necessidade e fomentar a adoção de soluções inovadoras.

Meta: Manter os gastos de limpeza dentro do limite de crescimento orgânico (índices regulamentadores).

Indicadores		
Nome do indicador	Descrição	Medição
Gastos com contratos limpeza no período-base	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período-base. Incluem-se as despesas decorrentes dos contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros.	R\$ 2.102.945,52
Área contratada	Área especificada nos instrumentos de contrato de manutenção e limpeza, conforme instruções normativas sobre o tema.	129.512,51
Gasto relativo com contratos limpeza	Despesa total realizada com o contrato de limpeza das unidades em relação à área contratada.	R\$ 16,23
Gastos com contratos de limpeza no período de referência	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período de referência (anterior ao período-base). Incluem-se as despesas decorrentes de contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros.	R\$ 2.213.609,01
Variação dos gastos com contratos de limpeza	Percentual de variação ou repactuação dos contratos de limpeza dos órgãos, ou seja, percentual de ajuste do contrato comparando valor do período-base e período de referência.	- 5%
Gasto com material de limpeza	Despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza durante o período-base. Considera-se como material de limpeza todos os insumos adquiridos com finalidade de limpeza e conservação do órgão.	R\$ 21.197,74
Análise: Reduziu-se em quase 5% os gastos com limpeza, demonstrando uma maior eficiência na alocação dos recursos.		

XV – VIGILÂNCIA

Objetivo: Monitorar os gastos relacionados a vigilância para que seja verificada a sua real necessidade.

Meta: Não aumentar o número de postos de vigilância armada, mantendo apenas onde seja estritamente necessário.

Indicadores		
Nome do indicador	Descrição	Medição
Gastos com contratos de vigilância armada no período-base	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância armada durante o período-base.	R\$ 1.361.592,42
Quantidade de postos de vigilância armada	Quantidade total de postos de vigilância armada ao final do período-base.	12
Gasto relativo com vigilância armada	Despesa total realizada com o contrato de vigilância em relação a cada posto de vigilância armada.	R\$ 113.466,03
Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância desarmada durante o período-base.	R\$ 158.928,00
Quantidade de postos de vigilância desarmada	Quantidade total de postos de vigilância desarmada ao final do período-base.	23
Gasto relativo com vigilância desarmada	Despesa total realizada com o contrato de vigilância em relação a cada posto de vigilância desarmada.	R\$ 6.909,91
Gasto total com contratos de vigilância no período de referência	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância, armada e desarmada, durante o período de referência.	R\$ 1.386.076,80

Varição dos gastos com contratos de vigilância	Percentual de variação e repactuação dos contratos de vigilância dos tribunais, ou seja, percentual de ajuste do contrato comparando valor do período-base e período de referência.	Aumento de 9,69%
Análise: O objetivo foi alcançado, já que não houve elevação no número de postos de vigilância. Entretanto, houve um aumento orgânico dos gastos, em razão de convenções coletivas e inflação.		

XVI – VEÍCULOS

Objetivo: Gerir a mobilidade do órgão e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos.

Meta: Promover estudos no sentido de buscar alternativas de transporte de servidores e materiais.

Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Medição
Quilometragem	Quilometragem total percorrida pelos veículos, próprios ou locados.	Não medido
Quantidade de veículos a gasolina	Quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, à gasolina existentes no órgão ao final do período de referência, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	0
Quantidade de veículos a etanol	Quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a etanol existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	0
Quantidade de veículos flex	Quantidade total de veículos flex, movidos a gasolina e etanol, existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	50

Quantidade de veículos a diesel	Quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a diesel existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	6
Quantidade de veículos	Quantidade total de veículos existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	56
Quantidade de veículos de serviço	Total de veículos de serviço, próprios ou locados, utilizados para atividades laborais. Não se computam veículos utilizados exclusivamente por magistrados.	54
Usuários por veículo de serviço	Quantidade relativa de usuários por veículos de serviço, próprios ou locados, utilizados para atividades laborais.	44
Quantidade de veículos para transporte de magistrados	Total de veículos de serviço, próprios ou locados, utilizados exclusivamente para transporte de magistrados.	2
Usuários por veículo de magistrado	Quantidade relativa de usuários por veículos, próprios ou locados, utilizados exclusivamente no transporte de magistrados.	2
Gasto com manutenção de veículos	Corresponde à despesa realizada com pagamento de serviços de manutenção dos veículos do órgão. Computam-se as despesas com contratos ou com demais serviços relacionados (ex.: peças de reposição, pneus, lubrificantes, custos com oficina, seguro, lavagem, serviços terceirizados, entre outros).	R\$ 20.295,26
Gasto relativo com manutenção dos veículos	Despesa total realizada com manutenção de veículos em relação à quantidade total de veículos.	R\$ 362,41
Gastos com contratos de motoristas	Corresponde à despesa realizada com contratos de motoristas.	R\$ 579.999,14
Gasto relativo com contrato de motoristas	Despesa total realizada com contratos de motoristas em relação à quantidade de veículos.	R\$ 10.357,12

Análise: Houve estudos para adesão ao TáxiGov. Entretanto, o setor especializado entendeu não ser a melhor opção no momento.

XVII - COMBUSTÍVEL

Objetivo: Monitorar o consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais.

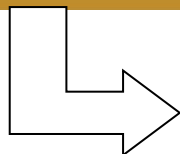
Meta: Reduzir a utilização de combustíveis fósseis.

Indicadores			
Nome do indicador	Descrição	Período de Referência	Medição
Consumo de gasolina	Quantidade total de litros de gasolina (comum e aditivada) consumida por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.	9040,75	3826,38
Consumo de etanol	Quantidade total de litros de etanol consumido por veículos.	16628,68	12010,87
Consumo de diesel	Quantidade total de litros de óleo diesel (comum, S50, S10 e outros) consumido por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.	14976,55	12122,85
Consumo relativo de álcool e gasolina	Quantidade relativa de litros de álcool e gasolina consumidos por cada veículo.	513,38	316,74
Consumo relativo de diesel	Quantidade relativa de litros de diesel consumido por cada veículo.	2496	2020

Análise: O consumo de combustíveis foi reduzido consideravelmente.



12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.



RESOLUÇÃO N. 201/2015 CNJ (ART. 6º III e Parágrafo Primeiro)

XVIII – GESTÃO DE RESÍDUOS

Objetivo: Monitorar a geração de resíduos e sua destinação.

Meta: Ampliar a quantidade de programas de adequada destinação final de resíduos não-recicláveis por ano.

Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Medição
Destinação de papel	Quantidade de papel, papelão e derivados destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem (Decreto Federal nº 5.940/2006) ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	0
Destinação de plásticos	Quantidade de plásticos destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem (Decreto Federal nº 5.940/2006) ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	0

Destinação de metais	Quantidade de metais destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem (Decreto Federal nº 5.940/2006) ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	0
Destinação de vidros	Quantidade de vidros destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem (Decreto Federal nº 5.940/2006) ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	0
Coleta geral	Quantidade total de resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores ou empresas recicladoras no caso de localidades onde não seja feita coleta seletiva com separação por materiais	1022 KG
Total de materiais destinados à reciclagem	Quantidade total de resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores e empresas recicladoras.	1022 KG
Destinação de resíduos de informática	Quantidade de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, equipamentos eletrônicos, etc.) destinados à reciclagem, ao reaproveitamento ou a outra destinação correta.	0
Destinação de suprimentos de impressão	Quantidade de suprimentos de impressão (carças, <i>tonners</i> , cartuchos) destinados a empresas de logística reversa para reuso e reciclagem (Decreto Federal nº 7.404/2010).	0
Destinação de pilhas e baterias	Quantidade de pilhas e baterias enviadas para descontaminação e destinação correta, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa por ser classificado pela ABNT NBR 10.004/2004 como Resíduo Perigoso (Classe I).	0
Destinação de lâmpadas	Quantidade de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa.	600
Destinação de resíduos de saúde	Quantidade total de RSS encaminhados para descontaminação e tratamento (Resolução Anvisa nº 358/2005), com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos.	33 KG

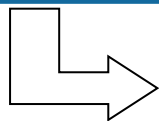
Destinação de resíduos de obras e reformas	Quantidade de resíduos de obras ou reformas enviados para o aterro de resíduos da construção civil (Lei nº 12.305/2012), inclusive os encaminhados para reuso.	60 m3
--	--	-------

Análise: O programa de doação para cooperativas foi reestabelecido, com contratos para destinação de resíduos de saúde e materiais tipo II. Faz-se necessário ampliar a separação de materiais, uma vez que se contabiliza tudo em coleta geral. Portanto, é importante que vidros, metais, eletrônicos, materiais de informática sejam separados e destinados corretamente.

16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.



RESOLUÇÃO CNJ N. 347/2020

XIX – GOVERNANÇA SUSTENTÁVEL

Objetivo: Fortalecer a Governança sob o aspecto da sustentabilidade.

Em relação às ações de governança, medidas importantes foram planejadas e executadas como:

1. Criação do Portal Verde;
2. Identificação dos riscos do PLS;
3. Divulgação do Guia de Contratações Sustentáveis da AGU.

Outras deverão ser executadas em 2022, tais como:

4. Análise Crítica do PLS,
5. Cadastramento do plano de ação no SE Suíte;
6. Revisão do PLS.

Contratações Sustentáveis

As contratações sustentáveis deveriam observar a integração dos aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais. No planejamento da contratação, práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente devem ser implementadas.

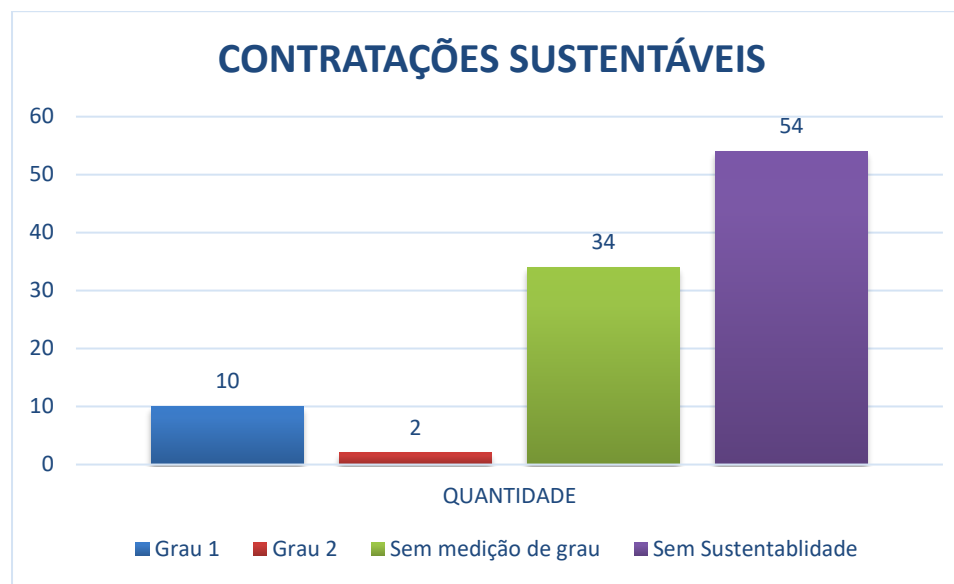
Os critérios de sustentabilidade em contratações são medidos por meio do Selo Verde, que mede a maturidade em três graus.

ITEM	CRITÉRIO DE MATURIDADE SUSTENTÁVEL	GRAU
1	ATENDEU ATÉ 50% DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	1
2	ATENDEU DE 51 a 90% DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	2
3	ATENDEU ACIMA DE 90% DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	3

A medição é realizada ao final de cada exercício por meio dos checklists implementados pela Portaria nº 35/2021 da Diretoria-Geral.

Em 2021, foram realizadas 100 contratações ao todo, sendo 46 (quarenta e seis) com critérios de sustentabilidade. Além das contratações com os formulários do Selo Verde preenchido, foram considerados critérios descritos em editais e implícitos nas contratações de cursos.

No infográfico, observa-se que somente 12% das contratações tiveram os checklists do Selo Verde preenchido. Entretanto, 34 (trinta e quatro) contratações tiveram critérios de sustentabilidade previstos no Termo de Referência ou edital. Ao todo, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás alcançou o percentual de 46% das contratações com sustentabilidade.



Descrição: gráfico de barras com o título “Contratações Sustentáveis”, sendo 10 (dez) com grau 1 (um) de maturidade, 2 (dois) com grau, 34 (trinta e quatro) sustentáveis sem medição de maturidade e 54 (cinquenta e quatro) sem critérios de sustentabilidade.

É importante fortalecer o Selo Verde, por meio de ações de capacitação e divulgação em massa para estimular sua utilização. A partir dele, teremos subsídios para tomar decisões importantes na conservação dos recursos naturais.

Outra questão importante é promover palestras, cursos e guias orientativos sobre contratações sustentáveis, sempre com foco na inovação e na mudança de hábitos das pessoas.

Não houve contratação compartilhada em 2021, mas esta estratégia é suma importância para reduzir custos e ganhar em escala nas aquisições. Portanto, um dos desafios para 2022 é implementar e realizar compras compartilhadas no âmbito do TRE-GO.

Desafios e principais ações

O ano de 2021 trouxe aprendizados importantes para o planejamento da sustentabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás nos próximos anos.

Por estarmos em cenário de pandemia, a distância nos fez desenvolver novas habilidades de comunicação para passar a mensagem de conscientização das pessoas, que foi prioridade em 2021 e continuará sendo pelos próximos anos. Deveremos melhorar a cada ano o “como” passar a mensagem, uma vez que deverá atingir novas pessoas e manter a atenção de outras já alcançadas. O público de conscientização envolve toda a sociedade, com um foco maior nos servidores e colaboradores do TRE-GO.

Para 2022, precisaremos melhorar a gestão de resíduos dentro do TRE-GO, expandindo a coleta atual para novos edifícios e incorporando a separação de novos tipos de resíduos. Atualmente, fazemos uma coleta geral de materiais recicláveis na Sede e encaminhamos à cooperativa. Entretanto, a melhoria a ser implementada deverá ter a separação de vidros, metais, eletrônicos, óleos e outros.

Em 2022, ocorrerão as Eleições Gerais para Presidente, Governadores, Deputados e Senadores. Para as eleições, teremos desafios nas áreas de acessibilidade e ambiental. Os locais de votação deverão ser acessíveis e promover conforto para as pessoas com deficiência. Portanto, a acessibilidade nos locais de votação deve ser prioridade no planejamento das eleições. Entretanto, a logística é complexa e depende de vários atores.

Em relação às questões ambientais nas eleições, o desafio será reduzir a poluição sonora e o despejo de material de campanha nas ruas, realizando eleições.

Aumentar a participação feminina na política também será desafiador em 2022.

A contratação dos serviços de tradução em linguagem de sinais, audiodescrição e legendagem é urgente e trabalhosa, em virtude da complexidade do tema e do alto custo a ser dispendido.

A redução no consumo de água, energia, papel, plástico e combustíveis será outro ponto de desafio para o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás em sua política socioambiental, uma vez que envolve mudar hábitos das pessoas.

É o que tínhamos a relatar, confirmando nosso compromisso com a conservação, reutilização e redução no consumo de recursos naturais.